

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 12 R 00107

Data: 7 de fevereiro de 1982

Pg.: \_\_\_\_\_

# 'Internacionalização' do País em andamento em diversas áreas

## Jica ajudará no mercado externo

Na última quinta-feira, o governo brasileiro assinou um convênio com a JICA — Japan International Cooperation Agency, órgão do governo japonês, incumbida a partir de agora de realizar estudos e levantamentos para determinar a "potencialidade do comércio exterior (mercado mundial) para os produtos, especialmente do setor minero-metalúrgico, a serem produzidos em Carajás. De posse desses dados, que incluem a situação atual e as projeções do mercado; a evolução do sistema de preços, a situação de estocagem, os custos de transportes etc. o Conselho de Grande Carajás terá condições (sic) de decidir sobre a oportunidade da implantação dos diversos projetos, todos eles voltados para a exportação". E mais: "O levantamento a ser feito pelos técnicos da instituição governamental japonesa inclui um estudo detalhado da situação local do Grande Carajás."

Em outras palavras, o governo brasileiro entregou ao governo japonês a responsabilidade de realizar estudos para decidir o que é ou não viável, dentro do Programa grande Carajás, que abrange projetos nas áreas de mineração, metalurgia, produção de alimentos e agricultura energética. Não deixa de ser estranho que o Brasil confie a outro a incumbência de avaliar as perspectivas de mercado mundial para uma série de produtos, principalmente levando-se em conta que o Japão deve ter seus próprios interesses: ele não investe apenas no Brasil, tem projetos na área de mineração e agricultura também em outros países; suas empresas são exportadoras desses produtos (obtidos em outros países) e podem ser prejudicadas com os projetos previstos para Carajás etc. etc. Ou, inversamente: o Japão poderia estimular investimentos que interessam à sua economia, e não ao Brasil. Certamente, porém, essa estranheza é injustificada, já que a pureza de intenções do Japão, mesmo quando existam grandes interesses envolvidos, para acima de qualquer suspeita, bem como o comportamento do ministro Delfim Neto. Na verdade, deve ser ótimo para o Brasil desprezar todos os organismos técnicos existentes na Sudam — Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, ou no Ministério das Minas e Energia, ou no Ministério da Agricultura, ou ligados ao Conselho Nacional de

Pesquisas, ou nos governos do Amazonas, Pará e Maranhão (atingidos pelo projeto Grande Carajás), e poder recorrer a um órgão, a um governo estrangeiro. Os dados, conhecimentos, tecnologia acumulados por esses órgãos nacionais, que vinham e vêm atuando na região, certamente de nada valem, diante da arrasadora sapiência que os japoneses possuem mesmo que desconheçam a Amazônia. O Brasil, esta é a conclusão correta, deve dar-se por feliz diante de tanto despreendimento: afinal, se Tóquio se dispuser a assumir outras atividades no País, o Brasil poderá economizar, como visto, com a extinção de organismos estatais desnecessários.

Para dizer a verdade, o Japão parece ter planos que coincidem com as intenções do ministro Delfim Neto.

## Departamento de saúde para os japoneses

Também na última semana, surgiu uma notícia muito "estranha" no noticiário internacional dos jornais brasileiros: o Ministério da Saúde do Japão resolveu criar uma espécie de "departamentos", "repartições", com pessoal seu, em sete países do mundo. Tais departamentos, dizia o noticiário, teriam por função montar serviços médicos para atender a cidadãos japoneses e seus familiares que, segundo o noticiário, não estivessem satisfeitos com a qualidade dos serviços médicos dos países em que estão vivendo. Um desses departamentos do Ministério da Saúde do Japão, logicamente, funcionará no Brasil. A iniciativa poderia parecer, até, ofensiva aos médicos brasileiros — mas ela é muito mais do que isto: ela é uma "pista" para levar a conclusões sobre os planos que o Japão mantém relação ao País, com o apoio do ministro Delfim Neto.

Por quê? Porque a grande colônia japonesa no Brasil está hoje — perfeitamente integrada, absorvida, nacionalizada — em São Paulo. E onde o "departamento" do Ministério da Saúde do

Japão vai ser instalado? Claro: em Manaus. Para atender a quem? A resposta aponta em uma só direção: para atender aos participantes de um fluxo de emigrantes japoneses que será canalizado para a Amazônia, em uma proporção considerável a ponto de levar o governo japonês a tomar a iniciativa de montar "serviços médicos" seus, japoneses, para atendê-los. Uma constatação que traz à mente, inevitavelmente, as denúncias, feitas há alguns meses, sobre os planos de localização de milhares de imigrantes asiáticos na Amazônia.

## Oferecidas mais terras do cerrado

Finalmente, também na última semana, uma missão japonesa veio ao Brasil para verificar o estágio do chamado Projeto Cerrado, localizado em Minas Gerais, onde famílias japonesas cultivam 40 mil hectares graças a um convênio entre o governo brasileiro e o governo japonês. Segundo declarações dos porta-vozes em Brasília, publicados pela imprensa, o governo brasileiro gostaria, pediu por favor, que o governo japonês aceite uma área dez vezes maior, 400 mil hectares, para expansão do programa.

Isto, por enquanto. No futuro, quem sabe? Pode-se entregar ao governo do Japão — que não tinha tecnologia na área de exploração de cerrados — novas extensões, em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Amazonia (que tem cerrados, também), com os mesmos proveitos para o Brasil.

Ninguém deveria ficar surpreso com isso: logo ao tomar posse no Ministério da Agricultura, o ministro Delfim Neto disse e o "Jornal do Brasil" publicou ser contra a reforma agrária, no Brasil, porque, ao lado de cada brasileiro que recebesse um lote, seria preciso colocar dois agricultores japoneses, numa alusão à incompetência nacional e à competência nipônica.

A reforma agrária está em marcha. O País não percebeu. O Japão, sim.

Ela é apenas uma das facetas da desnacionalização em marcha.

ALOYSIO BIONDI

Qualquer dia destes, o brasileiro abre o jornal e enche os olhos com as boas notícias: "O presidente da República assinou decretos, extinguindo o Ministério da Agricultura e todas as empresas de pesquisas, abastecimento etc. a ele ligadas; o Ministério das Minas e Energia e seus órgãos técnicos; o Conselho Nacional de Pesquisas e, ainda, os Estados do Amazonas, Pará e Maranhão, numa primeira etapa, e, dependendo de estudos em andamento, também os Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A medida presidencial, sugerida pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, tem vários objetivos simultâneos — prossegue o noticiário — acelerar a desestatização, com a extinção de ministérios e órgãos desnecessários; promover o rápido desenvolvimento de regiões do País; acelerar o avanço tecnológico e expandir as exportações do Brasil."

Ao prosseguir na leitura, o cidadão brasileiro verificará que aqueles ministérios, órgãos e governos estaduais realmente são absolutamente inúteis, um desperdício, pois todas as atividades que eles vinham desenvolvendo podem ser perfeitamente executadas por governos estrangeiros, de países desenvolvidos, "muito mais aptos e preparados para saberem o que convém realmente ao Brasil", nos termos do decreto presidencial. "A transferência do poder de decisão, para governos ou organismos estrangeiros, será estabelecida mediante convênios a serem preparados pelo secretário do Planejamento, Delfim Neto, autorizado desde já a realizar periódicas viagens ao exterior, com esse objetivo."

Esse programa de "internacionalização" do Brasil, que muitos tentarão confundir com "desnacionalização", já está em andamento, em diversas áreas. Alguns fatos ocorridos no curto espaço de uma semana mostram que os decretos presidenciais são uma possibilidade menos remota do que se pensa.